

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Breve histórico

A Queixada Energética S.A. foi fundada pela J. Malucelli Energia S.A. para implantação da PCH no Rio Corrente na Cidade de Itarumã, estado de Goiás. A autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica foi homologada através da Resolução Autorizativa nº 2.419 de 25 de maio de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A implantação da PCH foi iniciada em 30 de junho de 2010 e o empreendimento conta com a potência instalada de 30MW, com um fator de capacidade de aproximadamente 72%.

Mensagem dos Diretores

A Administração submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com auditores independentes

A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da BDO RCS Auditores Independentes SS, não sendo objeto do contrato quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse.

Demonstrações financeiras

A Administração revisou e concorda com as demonstrações financeiras e também com o relatório dos auditores independentes emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios da
Queixada Energética S.A.
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Queixada Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Queixada Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Queixada Energética S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Queixada Energética S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Queixada Energética S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Queixada Energética S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Queixada Energética S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Queixada Energética S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marisa Bernardino de Albuquerque', written over a light blue rectangular background.

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC SP 143624-O/T - S - PR

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.136	1.464	Fornecedores		807	253
Aplicações financeiras	6	16.719	34.522	Obrigações trabalhistas		220	188
Contas a receber	8	4.283	4.568	Obrigações fiscais		209	206
Outros créditos		854	509	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		471	384
		25.992	41.063	Empréstimos e financiamentos	10	8.319	8.334
				Outras obrigações	11	5.059	4.829
						15.085	14.194
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.814	5.135	Empréstimos e financiamentos	10	67.798	76.240
Outros créditos		326	-	Provisão para contingências	12	-	16.379
Imobilizado	9	198.946	204.760			67.798	92.619
		203.086	209.895				
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		112.280	112.280
				Reserva legal		3.942	2.942
				Reserva de lucros		29.973	28.923
						146.195	144.145
Total do ativo		229.078	250.958	Total do passivo e patrimônio líquido		229.078	250.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
(=) Receita operacional líquida	15	48.645	46.014
(-) Custos da energia comercializada	16	(22.585)	(12.165)
(=) Lucro operacional bruto		26.060	33.849
(+/-) Despesas operacionais		1.303	(3.240)
Despesas comerciais		-	-
Despesas administrativas	17	(2.482)	(3.244)
Outras despesas		3.785	4
(=) Lucro antes do resultado financeiro		27.363	30.609
Resultado financeiro	18	(5.577)	(6.612)
(=) Lucro antes dos tributos		21.786	23.997
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	19	(1.785)	(1.646)
(=) Lucro líquido do exercício		20.001	22.351

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	20.001	22.351
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente total	<u>20.001</u>	<u>22.351</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro/(prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	112.280	1.824	12.998	-	127.102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.351	22.351
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	1.118	-	(1.118)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.308)	(5.308)
Retenção de lucros	-	-	15.925	(15.925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	112.280	2.942	28.923	-	144.145
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.001	20.001
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	1.000	-	(1.000)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.750)	(4.750)
Dividendos complementares de exercícios anteriores	-	-	-	(13.201)	(13.201)
Retenção de lucros	-	-	1.050	(1.050)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	112.280	3.942	29.973	-	146.195

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.001	22.351
Ajustes para:		
Depreciações	5.848	5.844
Despesas com juros sobre empréstimos bancários	8.653	8.912
	<u>34.502</u>	<u>37.107</u>
Variações em		
Diminuição do contas a receber	285	(519)
Diminuição de outros ativos	(441)	144
Diminuição de impostos e contribuições	(15.323)	1.048
Aumento de fornecedores	554	4.222
Imposto sobre os lucros pagos	(934)	(1.135)
	<u>18.643</u>	<u>40.867</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado	(34)	(31)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(34)</u>	<u>(31)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos junto a instituições financeiras - principal	(8.330)	(8.331)
Amortização de empréstimos junto a instituições financeiras - encargos	(8.780)	(9.052)
Aplicações financeiras vinculadas	19.124	(34.652)
Dividendos pagos	(17.951)	(5.308)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(15.937)</u>	<u>(57.343)</u>
	<u>2.672</u>	<u>(16.507)</u>
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.672</u>	<u>(16.507)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.464	17.971
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.136	1.464
	<u>2.672</u>	<u>(16.507)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Queixada Energética S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo regida pela legislação pertinente e seu estatuto próprio, com sede na Fazenda Queixada s/nº, município de Itarumã no Estado de Goiás.

Tem como objetivo e finalidade a autorização de exploração de usina hidrelétrica no Rio Corrente, no município de Itarumã, Estado de Goiás, mediante sua construção, instalação e venda da energia ali produzida com autorização do poder concedente.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A J. Malucelli Energia S/A, companhia fundadora da Queixada Energética S/A, obteve da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa 2419/2010, autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica pelo prazo determinado de 30 anos.

O empreendimento conta com a potência instalada de 30MW, com fator de capacidade de aproximadamente 72%.

Em outubro de 2012 a usina entrou em operação dando início a produção de energia. A autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) se deu por meio do despacho nº 2.747.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas: Nota 8 - Imobilizado e Nota 12 - Provisão para contingências.

3 Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes.

a) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Instalações	10
Computadores e periféricos	10
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

d) Intangível

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

e) Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos dos índices e taxas oficiais a ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

h) Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

i) Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa auferir receita de intermediação através de uma plataforma digital. As receitas são reconhecidas quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos.

De acordo com a CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Empresa espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Administração da Empresa analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Empresa com os produtos

k) Tributação

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do Lucro Real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço, eventuais estimativas recolhidas durante o exercício corrente poderão ser compensadas com futuros impostos a pagar.

A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas durante o exercício corrente nos países onde as controladas e associadas da Empresa operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Empresa e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

4 Gerenciamento de riscos

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas correntes	4.136	1.464

6 Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras	<u>16.719</u>	<u>34.522</u>
	<u>16.719</u>	<u>34.522</u>

As aplicações financeiras possuem taxas baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com taxa de 50%, cujos vencimentos era previstos para o ano de 2023, com liquidez diária.

7 Aplicações financeiras vinculadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras vinculadas (i)	<u>3.814</u>	<u>5.135</u>
	<u>3.814</u>	<u>5.135</u>

(i) Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras vinculadas para atendimento de cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos. Os investimento remunerados a taxas baseadas no certificado de depósito interbancário (CDI) com taxa de 93% a 96%, cujo vencimento está previsto para o ano de 2022, com liquidez diária.

8 Contas a receber

O valor registrado em contas a receber corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Amazonas Distribuidora de Energia	1.223	1.089
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	714	632
Eletropaulo Metropolitana	694	1.333
America Energia	919	647
Outros	733	867
	<u>4.283</u>	<u>4.568</u>

Os saldos encontram-se, substancialmente, na faixa de a vencer a menos de 30 dias. A Companhia não espera ter perdas por não recebimentos destes valores, motivo pelo qual não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

9 Imobilizado

Detalhes	Taxa anual de depreciação	2021			2020
		Custo	Depreciação	Contábil	Contábil
Terrenos	-	6.277	-	6.277	6.277
Edificações	2 a 3,33%	31.667	(6.098)	25.569	26.222
Reservas, barragens e adutoras	2 a 3,33%	159.270	(31.340)	127.930	131.294
Equipamentos pesados	2,5 a 16,67%	55.989	(16.897)	39.092	40.915
Outros	6,25% a 20%	290	(212)	78	52
		<u>253.493</u>	<u>(54.547)</u>	<u>198.946</u>	<u>204.760</u>

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Edificações	Reservas, barragens e adutoras	Equipamentos pesados	Outros	Total
Custo						
Saldos em 1º de janeiro 2020	6.277	31.667	159.248	55.984	252	253.428
Aquisições	-	-	22	5	4	31
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.277	31.667	159.270	55.989	256	253.459
Aquisições	-	-	-	-	34	34
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.277	31.667	159.270	55.989	290	253.493
Depreciações						
Saldos em 1º de janeiro 2020	-	(4.792)	(24.613)	(13.251)	(199)	(42.855)
Depreciações no período	-	(653)	(3.363)	(1.822)	(6)	(5.844)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2020	-	(5.445)	(27.976)	(15.073)	(205)	(48.699)
Depreciações no período	-	(653)	(3.364)	(1.824)	(7)	(5.848)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	-	(6.098)	(31.340)	(16.897)	(212)	(54.547)
Valor contábil						
Em 31 de dezembro 2020	6.277	26.222	131.294	40.916	51	204.760
Em 31 de dezembro 2021	6.277	25.569	127.930	39.092	78	198.946

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

10 Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em moeda local, está assim demonstrado:

Instituição	Linha	Taxa	Vencimento	2021	2020
BNDES	Financiamento	2,34% a.a.	mar/29	23.160	26.421
Banco do Brasil - FCO	Financiamento	10% a.a.	jan/32	52.958	58.153
				<u>76.118</u>	<u>84.574</u>
				8.319	8.334
				67.799	76.240

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 31/12/2020	Amortização do principal	Juros pagos	Despesas com juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES	26.421	(3.136)	(1.855)	1.730	23.160
Banco do Brasil - FCO	58.153	(5.195)	(6.924)	6.924	52.958
	<u>84.574</u>	<u>(8.331)</u>	<u>(8.779)</u>	<u>8.654</u>	<u>76.118</u>

Garantia das operações de crédito: Os empréstimos e financiamentos estão amparados por garantias fidejussórias, representadas pelo aval dos acionistas em favor das respectivas instituições financeiras.

Nos instrumentos de operações de crédito estão contempladas cláusulas que não permitem a Companhia as seguintes operações sem que haja a anuência do agente financeiro:

- Emissão de debêntures;
- Amortização de ações;
- Celebração de novos empréstimos, financiamentos ou novas dívidas;
- Elaboração de contratos de mútuos com pessoas físicas ou jurídicas ligadas;
- Redução do capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas.
- No caso de descumprimento destas obrigações as parcelas do contrato poderão ser antecipadas.

Além destas obrigações a Companhia deverá manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) e manter, durante todo o período do financiamento, o Índice de Capital Próprio de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento), calculado pelo resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo Passivo Total.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com as demais obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

11 Outras obrigações

Os valores destacados no balanço se referem a dividendos a pagar aos sócios conforme mencionado em Nota nº 13 vi e provisionados conforme segue:

Cálculo dos dividendos	2021	2020
Lucro líquido do exercício	20.001	22.351
Base de cálculo para reserva legal		
(-) Reserva legal (5%)	1.000	1.118
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	19.001	21.233
Dividendos propostos	4.750	5.308
Dividendos antecipados	-	(479)
Dividendos não distribuídos	309	-
Dividendos a pagar	<u>5.059</u>	<u>4.829</u>

Em 2021 foi pago dividendos no montante de R\$ 13.201 de exercícios anteriores.

12 Provisão para contingência

A provisão para contingência correspondia ao diferencial de alíquota incidente na operação de aquisição das mercadorias destinadas ao uso/consumo ou imobilizado. Os montantes registrados no passivo correspondiam ao valor principal dos impostos mais os juros que estavam sendo corrigidos.

Em 2013 a Companhia foi autuada pela Secretária da Fazenda do Estado de Goiás em decorrência do não recolhimento do ICMS - diferencial de alíquota. Os autos, desde de 29 de junho de 2016 até o presente momento, encontram-se para inscrição em Dívida Ativa para execução. Em abril de 2021 a contingência foi quitada:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ICMS - diferencial de alíquota	-	16.379

13 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui capital social de R\$ 112.280 (112.280 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 112.280 ações ordinárias, todas elas nominativas e sem valor nominal.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(ii) Composição acionária da Companhia

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a composição acionária da Companhia e participação acionária é a seguinte:

Acionistas	Participação acionária (%)
J. Malucelli Energia S.A	99,99%
João Francisco Bittencourt	0,01%

(iii) Reserva legal

Constituída quando da apuração de lucro líquido, à razão de 5% em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída Reserva Legal no montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.118 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto da Companhia, do lucro remanescente após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias de 25% (vinte e cinco por cento), ajustados nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

(v) Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2021 foi destinado a reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

(vi) Política de distribuição de dividendos

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, após a compensação dos prejuízos acumulados e em 2021 foram destacados e pagos dividendos de R\$ 13.201 (R\$ 5.308 em 2020).

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

<u>Cálculo dos dividendos</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	20.001	22.351
Prejuízos acumulados no início do exercício	-	-
Base de cálculo para reserva legal		
(-) Reserva legal (5%)	1.000	1.118
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	19.001	21.233
Dividendos propostos	<u>4.750</u>	<u>5.308</u>

(*) Em 2021 foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 13.201 referente ao saldo da conta de reserva de lucro de anos anteriores.

14 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas no exercício, foram pagas dentro do ano e discriminam-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Porto de Cima Adm. Part. e Serviços - Ressarcimento de despesas compartilhadas	709	751
Remuneração do pessoal chave da Administração (*)	-	629
	<u>709</u>	<u>1.380</u>

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa ao pessoal chave da Administração. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

15 Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de energia	46.205	44.167
Medições a faturar	4.283	3.590
(-) Tributos sobre a receita	(1.843)	(1.743)
	<u>48.645</u>	<u>46.014</u>

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

16 Custo da energia comercializada

	2021	2020
Depreciação	(5.830)	(5.819)
Serviços	(3.618)	(3.213)
Liquidação financeira	(7.312)	-
Compartilhamento uso rede elétrica	(838)	(4.502)
Energia comprada	(4.792)	(1.566)
Outros	(195)	(944)
	<u>(22.585)</u>	<u>(16.044)</u>

17 Despesas administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros	(107)	(214)
Despesas com pessoal	(1.380)	(1.286)
Aluguéis	(34)	(71)
Despesas tributárias	(23)	(10)
Outras despesas	(939)	(1.663)
	<u>(2.482)</u>	<u>(3.244)</u>

18 Resultado financeiro

	2021	2020
Encargos sobre empréstimos bancários	(6.218)	(6.986)
Despesas bancárias	(58)	(74)
Receita com aplicação financeira	727	547
Outras	(28)	(99)
	<u>(5.577)</u>	<u>(6.612)</u>

19 Imposto de Renda e contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração lucro presumido	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção	50.488	47.757
Outras receitas sujeita a alíquota integral	748	585
Base de cálculo Imposto de Renda	4.787	4.405
Base de cálculo Contribuição Social	6.807	6.316
Imposto de renda (alíquota 15%)	718	661
Adicional IR (alíquota 10%)	455	417
Contribuição social (alíquota 9%)	613	568
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.785</u>	<u>1.646</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros discriminam-se como segue:

(i) Instrumentos financeiros por categoria

	2021	2020
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes	4.136	1.464
Aplicações financeiras	20.533	39.657
Contas a receber	4.283	4.568
	<u>28.952</u>	<u>45.689</u>
	<u>Custo amortizado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	807	253
Empréstimos e financiamentos	76.118	84.574
	<u>76.925</u>	<u>84.827</u>

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes	4.136	4.136	1.464	1.464
Aplicações financeiras	20.533	20.533	39.657	39.657
Contas a receber	4.283	4.283	4.568	4.568
Fornecedores	807	807	253	253
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	76.118	76.118	84.574	84.574

Determinação de valor justo

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(i) Posições de instrumentos financeiros - análise de sensibilidade

A Companhia se utiliza de empréstimos e financiamentos, os quais estão expostos a taxas de juros flutuantes relacionadas à variação do TJLP, relativamente a operações de crédito em moeda nacional.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários:

1. Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial;
2. Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP em 31 de dezembro de 2021 e preço corrente da energia);
3. Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP em 31 de dezembro de 2021 e preço corrente da energia):

Operação	Risco	Taxa média a.a.	Valor Exposto em 31/12/2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
				Aumento da TJLP		
				1%	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento TJLP	5,32%	76.118	38	1.012	2.025
Efeito no resultado				38	1.012	2.025

Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela referem-se ao valor da dívida atualizada em 31 de dezembro de 2021, não sendo considerados os juros futuros:

	Até de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	807	-	-
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	8.319	8.319	59.480

21 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros contra riscos operacionais da Companhia possuíam a seguinte composição:

Cobertura	2021
Danos materiais	180.000
Lucros cessantes	57.816
Responsabilidade civil	10.000
Seguro Garantia	38.228

22 Impactos da pandemia COVID-19 nas atividades

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”) relacionado ao novo Coronavírus (“COVID-19”), que vem afetando o Brasil e diversos países do mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Para o exercício, foram efetuadas diversas análises, a fim de avaliar as premissas de impairment, mensuração de instrumentos financeiros, recuperabilidade de impostos diferidos, riscos de inadimplência de clientes e liquidez da Companhia, e conclui-se que não há impactos relevantes gerados pela pandemia da COVID-19.

Diretoria

Marcelo Tetsuo Shigueoka
Diretor

Fernanda Forbeck de Castro Sawaia
Diretora

Valdecir Ferraz Machado
CRC PR 025.494/O-PR
Contador